

Dornelles prepara mudança no calendário do orçamento

07 SET 1984

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, disse ontem ao **Jornal de Brasília** que vai propor formalmente nas próximas horas às lideranças de todos os partidos, uma profunda alteração na sistemática orçamentária em vigor no País, acabando com a coincidência entre o ano fiscal e o ano calendário. Se aprovada, a idéia vai implicar no veto do Congresso aos orçamentos do Governo para 1990 (orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais), "o que será muito bom", diz o ex-ministro, que considera um absurdo o atual Governo alterar impostos e programar despesas para o próximo Governo.

Dornelles quer que o presidente Sarney se limite a encaminhar ao Congresso apenas um **orçamento de transição**, que cobriria o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 1990. Assim, o novo presidente, depois que assumisse em 15 de março próximo, teria dois meses e meio para elaborar a sua própria proposta orçamentária, que cobriria o período de 1º de junho de

1990 a 31 de maio de 1991. Esse período ficaria sendo, daí em diante, o novo ano fiscal brasileiro, não mais coincidindo com o ano calendário de janeiro a dezembro.

Receptividade

Dornelles disse que já conversou sobre esse assunto com diversos parlamentares, encontrando, entre eles, enorme receptividade. Falta fazer um estudo mais acurado sobre as disposições constitucionais. Ele disse que o princípio da anualidade previsto na Constituição não seria derrubado, apenas mudando de período de incidência.

De acordo com esse princípio, o governo não pode criar nenhum novo tributo durante um mesmo exercício fiscal, que atualmente coincide com o ano calendário. Assim, um novo imposto para vigorar em 1990 tem de ser criado em 1989, vedando-se a criação de um imposto em 1989 para vigorar neste mesmo ano. Segundo o deputado, o princípio seria respeitado, não se criando nenhum novo imposto para vigorar dentro do mesmo exercício fiscal. Assim, novos impostos somente seriam criados até 31 de maio, para vigorar a par-

tir de 1º de junho.

Dornelles disse que a atual situação é muito difícil para o atual Presidente da República que tem de criar novos tributos e prever um quadro de prioridades nas despesas que outro presidente vai realizar. O futuro presidente pode não concordar, por exemplo — afirma Dornelles — com o aumento de impostos para a agricultura e a redução de incentivos para o setor exportador. E pelo atual sistema, ele terá de "cruzar os braços" no seu primeiro ano de governo, apenas assistindo o desenrolar de uma programação de receita e de gastos da qual não participou. O deputado acha que a sua proposta vai ter boa repercussão, principalmente entre os presidencialistas.

Os orçamentos do governo para 1990 foram encaminhados à apreciação do Congresso na última semana, prevendo uma movimentação de recursos da ordem de NCz\$ 298,3 bilhões (NCz\$ 228,46 bilhões do orçamento fiscal, NCz\$ 53,88 bilhões do orçamento da seguridade e NCz\$ 16,3 bilhões do orçamento de investimentos).